



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA  
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**EDITAL Nº 01/2016**

**PROCESSO DE SELEÇÃO AO MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA, TURMA 2017.**

A Universidade Federal do Pará, por meio do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, torna público o Edital para a seleção de candidatos(as) as vagas disponíveis para composição da turma de 2017 do Curso de Mestrado em Ciência Política,

**1. DAS VAGAS**

1.1. O número máximo de vagas é 20 (vinte), não havendo nenhum compromisso por parte do Programa com o preenchimento total das vagas, nem com a concessão de bolsas.

**2. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO**

2.1. Serão admitidos como candidatos à seleção do Mestrado em Ciência Política os portadores de diploma ou certificado de curso de nível superior reconhecido pelo MEC; Portadores de diploma de Curso de Graduação obtido no exterior e certificado ou declaração de concluinte de curso de graduação.

2.1.1. Os diplomas expedidos no exterior deverão ser apresentados com autenticação consular brasileira. No ato da matrícula, os candidatos aprovados deverão assinar um termo dando ciência de que só receberão o diploma de pós-graduação após o seu diploma de graduação ser reconhecido nos termos da legislação brasileira.

2.1.2. Os candidatos concluintes de Curso de Graduação devem apresentar no ato da inscrição declaração informando a data prevista para a conclusão do curso de graduação, ficando sua admissão condicionada a conclusão do curso de Graduação até a data limite para a realização da matrícula dos candidatos aprovados.

2.2. Os (as) candidatos (as) ao processo de seleção, no momento da inscrição, deverão apresentar à secretaria do programa os seguintes documentos:

2.2.1. Formulário de inscrição devidamente preenchido em duas vias (VER ANEXO I);

2.2.2. Uma (01) fotografia 3x4, recente, já colada em uma via do formulário;

2.2.3. Documentos de identificação:

a) Carteira de identidade (ou documento equivalente);

b) CPF;

c) Título de eleitor e comprovantes de comparecimento à última eleição (original e cópia de cada documento);

2.2.4. Cópia do Diploma, certificado ou declaração de concluinte de curso de graduação (original e cópia).

2.2.5. Cópia do Histórico escolar de graduação, conforme Resolução nº 3210/CONSEP, de 26/10/2004 (original e cópia);

No ato da inscrição deverão ser apresentados os documentos originais para certificarem as fotocópias dos mesmos. Os documentos que estiverem autenticados não carecem de comparação com o original.

2.2.6. Curriculum Vitae certificado pela Plataforma Lattes, em 03 (três) vias, acompanhado de uma via com fotocópias dos documentos comprobatórios (ver modelo proposto na Plataforma LATTES/CNPq – [www.cnpq.br](http://www.cnpq.br)). Não serão considerados, para fins de avaliação, currículos que não estejam cadastrados na Plataforma Lattes do CNPq (<http://lattes.cnpq.br/>), exceto para candidatos estrangeiros.

2.2.7. Pré-projeto de dissertação, em três (03) vias, abordando tema referente a uma das Linhas de Pesquisa do Programa, contendo até dez (10) páginas/laudas, (incluindo: a) Título; b) Justificativa; c) Problema; d) Hipótese; e) Objetivos; f) Referencial Teórico; g) Metodologia; h) Referências bibliográficas. A estrutura do pré-projeto deverá estar padronizada em espaço 1,5; fonte Times New Roman; corpo 12. Na capa do Pré-projeto deverá ser indicada a linha de pesquisa na qual o (a) candidato (a) concorrerá. (vide item 11). Os projetos de pesquisa dos candidatos deverão obrigatoriamente estar vinculados aos programas de pesquisa dos professores do PPGCP, constantes do anexo II deste edital. Serão indeferidas as inscrições dos candidatos cujos pré-projetos não correspondam às exigências aqui definidas.

2.2.8. Carta do (a) candidato (a) ao presidente da comissão de seleção expondo os motivos para cursar o Mestrado, bem como da escolha da área de concentração e da linha de pesquisa e um resumo de sua experiência acadêmica e profissional vinculado a área do curso (máximo de duas laudas).

São de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato as informações e a documentação por ele fornecidas para a inscrição, as quais não poderão ser alteradas ou complementadas, em nenhuma hipótese ou a qualquer título após a realização da inscrição.

### **3. DAS FORMAS PARA A INSCRIÇÃO**

As inscrições poderão ser efetivadas:

3.1. Pessoalmente;

3.2. Por procuração, com assinatura reconhecida em cartório;

3.3. As inscrições presenciais deverão ser feitas na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/UFGPA no período de 12/08/2016 a 15/09/2016 no horário: 09h às 14h, no endereço: Universidade Federal do Pará - Campus Universitário do Guamá – Rua Augusto Corrêa, Nº 1 – CEP: 66075-110 – Belém-Pará - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- IFCH - Campus Básico - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política -PPGCP - Telefone: (91)3201-7441.

3.4. A inscrição poderá ser realizada por correspondência, via SEDEX, desde que postada até a data de encerramento das inscrições. As inscrições por correspondência serão válidas se recebidas até 72h após o fim do prazo de inscrições, não havendo responsabilização do programa por atrasos ocorridos na entrega postal. As inscrições por correspondência devem ser endereçadas ao: Professor Dr. Carlos Augusto da Silva Souza, Coordenador do Curso de Mestrado em Ciência Política, no endereço referido no item 3.3 deste edital.

3.5. Informações sobre o mestrado podem ser obtidas no site <http://www.ppgcp.propesp.ufpa.br>.

3.6. Haverá análise prévia dos pedidos de inscrição e somente serão deferidos:

- a) os que atenderem aos requisitos estabelecidos no item 2 deste Edital,
- b) os que apresentarem toda a documentação autenticada ou com apresentação do documento original,
- c) os que apresentarem Pré-projeto de dissertação que estiverem adequados às áreas de concentração do Programa e às linhas de pesquisa dos (as) professores (as) orientadores (as) do Programa.

### **4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO**

4.1. A seleção dos (as) candidatos (as) será feita pela Comissão de Seleção aprovada pelo Colegiado do PPGCP.

4.2. Em caso de necessidade, os critérios de desempate serão adotados na seguinte ordem: 1º - candidato que obteve nota mais alta na prova escrita. 2º classificação na entrevista. 3º maior idade.

4.3. - Os recursos a toda e qualquer fase do processo de seleção deverão ser feitos através de requerimentos escritos pelo candidato endereçado ao presidente da comissão de seleção entregues na secretaria do PPGCP no horário de 09:00 as 14:00 horas, respeitando os prazos previstos no presente edital. Em caso de deferimento o candidato será convocado através de publicação na página do PPGCP para receber as informações sobre sua participação na próxima fase da seleção.

#### **4. FASES DE SELEÇÃO:**

4.1. 1ª fase – Prova escrita (eliminatória e classificatória). Somente participarão das fases seguintes os (as) candidatos (as) aprovados (as) na prova escrita.

4.2. 2ª fase. Entrevista; (eliminatória e classificatória);

4.3. 3ª fase – Exame de Proficiência em língua inglesa (obrigatória para os candidatos classificados na entrevista).

#### **5. DO CALENDÁRIO**

<b>Fases da seleção</b>	<b>Datas / Períodos</b>
Divulgação do Edital	12/08 a 15/09/2016
Inscrições ao processo seletivo	12/08 a 15/09/2016
Divulgação das Inscrições deferidas	Até 20/09/2016
Prazo Recursal das inscrições indeferidas	21/09/2016 a 23/10/2016
Realização da prova escrita	28/09/2016
Divulgação dos (as) aprovados (as)	Até 14/10/2016
Prazo recursal da Prova escrita	17 a 20/10/2016
Realização das entrevistas	25 a 27/10/2016
Divulgação da relação dos (as) aprovados (as)	Até 31/10/2016
Prazo recursal da Entrevista	01 a 04/11/2016
Prova de proficiência em inglês	09/11/2016
Divulgação do Resultado	18/11/2016
Prazo Recursal da Prova de Proficiência em Inglês	21 a 23/11/2016

5.1. A prova escrita, de proficiência e as entrevistas serão realizadas em local a ser informado oportunamente através do site do PPGCP.

#### **6. DOS CRITÉRIOS DE ANÁLISE**

##### **6.1. Prova Escrita (eliminatória):**

6.1.1. A prova escrita versará sobre temas específicos com base em bibliografia indicada neste edital. Serão observados os seguintes critérios:

- a) Conhecimento, coerência dos argumentos, atualização, clareza de ideias e aprofundamento do tema proposto, 40% da prova
- b) Sintonia da resposta com a literatura indicada no edital, 40% da prova
- c) Coerência da resposta em relação a introdução, desenvolvimento, conclusão, uso adequado da terminologia técnica, clareza de expressão e correção gramatical, 20% da prova

6.1.2. A prova escrita será corrigida por dois professores membros da comissão de seleção. Havendo discrepância entre as notas acima de 20% será convocado um terceiro avaliador. A nota atribuída por este terceiro avaliador será confrontada com as duas notas anteriores, sendo que a nota que mais se aproximar com a do terceiro avaliador será considerada e a nota que mais se afastar será descartada. A nota final será a média das notas consideradas de dois avaliadores.

6.1.3. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, não sendo permitida a consulta a qualquer livro ou texto.

6.1.4. A bibliografia ficará à disposição dos (as) candidatos (as) em local a ser informado pela Secretaria do PPGCP.

6.1.5. O candidato poderá ter acesso a sua prova e as planilhas individuais de correção da mesma desde que solicite através de requerimento endereçado ao presidente da comissão de seleção, respeitando-se o prazo recursal previsto no presente edital.

## **6.2. Entrevista (eliminatória):**

6.2.1. Farão entrevistas os candidatos(as) aprovados na prova escrita.

6.2.2. A entrevista avaliará:

- a) domínio, segurança e coerência entre os componentes do projeto de pesquisa proposto (tema, problema, hipóteses, objetivos e metodologia). 50%
- b) experiência em atividades de pesquisa acadêmica e publicações de artigos relacionados às linhas de pesquisa do curso comprovadas e expostas no CV lattes; 20%
- c) O desempenho acadêmico do candidato exposto no histórico escolar de sua formação acadêmica anterior (graduação, especialização, mestrado, etc.), 20%
- d) Disponibilidade de tempo para cursar e concluir o curso de mestrado. 10%

6.3. As entrevistas serão realizadas por ordem alfabética dos(as) candidatos(as) aprovados na prova escrita.

6.4. As entrevistas com os candidatos estrangeiros serão realizadas em língua portuguesa.

6.5. A nota final da entrevista será estabelecida pela média da nota atribuída por todos os professores componentes da banca de avaliação no momento da entrevista.

6.6. O candidato poderá ter acesso às planilhas individuais de avaliação da entrevista desde que solicite através de requerimento endereçado ao presidente da comissão de seleção, respeitando-se o prazo recursal previsto no presente edital.

## **6.3. Prova de Proficiência em Língua Estrangeira (obrigatória):**

6.3.1. Os (as) estudantes de Mestrado de nacionalidade brasileira ou provenientes de países de língua portuguesa deverão realizar teste de proficiência em língua inglesa, e os candidatos estrangeiros realizarão teste de proficiência em língua portuguesa, ou apresentar certificado de proficiência nas línguas requeridas, expedido por instituição reconhecida pelo MEC.

## **7. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DA AVALIAÇÃO**

6.1. Será considerado aprovado em cada fase do processo seletivo, o(a) aluno(a) que obtiver nota mínima 6 (seis) pontos, no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

7.3. A nota final e a classificação serão calculadas pela média das notas parciais obtidas na avaliação do desempenho dos (as) candidatos (as) nas duas primeiras fases do processo seletivo (prova escrita e entrevista), sendo aprovados aqueles (as) que alcançarem nota final igual ou superior a 6 (seis), no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez). Os candidatos serão classificados segundo a ordem de suas notas finais, até atingir o número máximo de vagas estabelecido neste Edital.

7.4. A ordem de classificação não garante acesso automático às bolsas disponibilizadas pelo PPGCP.

## **8. CANDIDATOS ESTRANGEIROS**

8.1. Candidatos estrangeiros a uma bolsa de estudos no âmbito do Programa de Estudantes Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) do Ministério de Relações Exteriores, CAPES e CNPq, ou outros convênios específicos de fomento para alunos de Mestrado estrangeiros no Brasil chancelados pela CAPES, poderão requerer uma carta de aceite do PPG para cumprir as exigências estabelecidas no respectivo Edital. A Carta de aceite poderá ser solicitada ao longo do período de inscrições previsto no respectivo edital. A emissão desta carta dependerá de análise do *curriculum vitae* do candidato estrangeiro, plano de trabalho e histórico escolar, indicando que ele está apto aos estudos de Pós-Graduação em Ciência

Política, não o eximindo de cumprir as etapas posteriores do processo de seleção no âmbito do Ministério de Relações Exteriores do Brasil. No caso de não ser aprovado no processo de seleção PEC-PG ou outro Edital de convênio para alunos estrangeiros de Mestrado no Brasil chancelado pela CAPES, o candidato deverá submeter-se aos procedimentos para o Exame de Seleção estabelecidos no PPGCP para candidatos estrangeiros nos termos da Resolução N° 001/2014 do PPGCP ou se submeter as regras de seleção previstas no presente edital.

8.2. Candidatos estrangeiros residentes fora do Brasil poderão realizar a Prova Escrita e a entrevista na Embaixada brasileira de seu respectivo país de origem. Para isto, deverão apresentar, quando de sua inscrição, documento da Embaixada brasileira aceitando a realização de prova e entrevista em suas dependências, em dia fixado pela Comissão de Seleção, bem como duração e condições de não consulta bibliográfica semelhantes à dos demais candidatos, além de designar funcionário responsável por sua aplicação.

## **9. AREAS DE CONCENTRAÇÃO DO PPGCP**

9.1. **Área de Concentração em Instituições Políticas e Políticas Públicas** - Reflexões sobre as teorias democráticas contemporâneas, com a análise empírica centrada nos processos de representação nas instituições políticas em torno de: partidos, eleições e recrutamento político; legislativo e produção parlamentar; executivo e processos de formação de governo e desempenho na gestão de políticas públicas; movimentos sociais; cultura política; e comportamento político-eleitoral.

9.2. **Área de Concentração – Teoria Política e Métodos** - Estudo do ponto de vista conceitual e filosófico das teorias clássicas e contemporâneas, conjugando um amplo espectro de temáticas através de categorias como: o público e o privado no contexto da modernidade; crítica da tradição do pensamento político ocidental; crítica religiosa; teorias do estado, relação estado e sociedade civil; teoria democrática; desempenho Institucional das Instituições de Justiça, metodologias de investigação dos fenômenos políticos.

Obs. Informações mais detalhadas sobre os Programas de pesquisa desenvolvidos pelos professores do PPGCP, estão inseridas no anexo II deste edital.

## **10. DISPOSIÇÕES GERAIS**

8.1. Os candidatos somente terão acesso ao local das provas portando documento de identificação contendo fotografia, sendo desclassificados do concurso os que faltarem a quaisquer das Etapas ou não obedecerem aos horários estabelecidos.

8.2. As provas serão públicas, vedando-se, quando da realização das entrevistas, a presença de quaisquer outros candidatos.

8.3. Será garantida a não identificação por nome dos candidatos nas provas de conhecimento e de idioma.

8.4. Os candidatos não selecionados poderão reaver, na Secretaria do Programa, os documentos apresentados para a inscrição até 60 (sessenta) dias após a divulgação do resultado final. Findo este prazo, os documentos serão descartados.

7.9 - A Comissão de Seleção decidirá os casos omissos;

9.4. A divulgação dos resultados contemplará apenas os nomes dos (as) candidatos (as) aprovados (as) em cada etapa por ordem alfabética.

9.6. Não havendo o preenchimento das vagas, o Colegiado poderá abrir novo edital de seleção especificamente para completar as vagas ociosas.

9.7. Junto com o resultado final do processo seletivo serão divulgados o local, a data e horário de matrícula dos (as) aprovados (as).

9.8. O Curso exige dedicação integral do(a) candidato(a) aprovado(a).

9.9. Candidatos (as) Portadores (as) de Necessidades Especiais-PNE deverão solicitar no ato da inscrição atendimento especializado para a realização das provas.

9.12. Os casos omissos serão avaliados em primeira instância e resolvidos pela Comissão de Seleção; e em segunda instância, pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

## 10. BIBLIOGRAFIA

1. WEBER, Max. “A Política como vocação”. Em Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Ed. Cultrix, 1993
2. SCHWARTZMAN, Simon. Democracia e governabilidade. In CARDOSO, Fernando Henrique e FOXLEY, Alejandro. América Latina: desafios da democracia e do desenvolvimento – políticas sociais para além da crise. vol. 2, Rio de Janeiro: Ed. Ilsevier, São Paulo: Ed. IFCH, Campus, 2009. Disponível em: <https://archive.org/details/DemocraciaEGovernabilidade>
3. DINIZ, S. Interações entre os poderes executivo e legislativo no processo decisório. Avaliando sucesso e fracasso presidencial. DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 48, nº 1, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n2/a04v48n2.pdf>
4. KERSNETZKY, Célia e KERSNETZKY, Jacques. O Estado (de bem estar social) como ator do desenvolvimento: uma história das idéias. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 58, nº 3, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v58n3/0011-5258-dados-58-3-0581.pdf>
5. SOUZA, Jessé. (Não) Reconhecimento e Subcidadania ou o que é ser gente ? São Paulo: Revista Lua Nova – Revista de Cultura e Política, nº 59, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n59/a03n59.pdf>.
6. PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: Palavras, instituições e ideias. São Paulo: Revista Lua Nova – Revista de Cultura e Política, nº 67, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a03n67.pdf>

## ANEXO I



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA  
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

(foto)

## FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Nº \_\_\_\_\_

Nome:		
Data de nascimento: Nacionalidade: Estado civil:		
Identidade: CPF:		
Endereço:		
Bairro:	CEP:	Cidade:
Telefone Residencial:	Celular:	
Endereço eletrônico:		
Endereço para correspondência: ( ) o mesmo acima / ( ) outro:		
CURSO DE GRADUAÇÃO:		
Início:	Conclusão:	
Universidade/Faculdade:		
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO:		
Início:	Conclusão:	
Universidade/Faculdade:		
Título do pré-projeto:		
Linha de pesquisa à qual vinculará o pré-projeto de dissertação:		
Possui vínculo empregatício? Sim ( ) Não ( )		
Instituição/Empresa:		

## Informações Adicionais (assinalar com X)

( )	Tenho condições adequadas para realizar meus estudos.
( )	Tenho disponibilidade de horário para realizar meus estudos e frequentar as aulas.

## ANEXO II

### ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E PROGRAMAS DE PESQUISA DOS PROFESSORES DO PPGCP

**11.1. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIA POLÍTICA E MÉTODOS** – Esta área de concentração agrega os seguintes professores:

- 1) Dr. Celso Antonio Coelho Vaz
- 2) Dra. Bárbara Lou Veloso Dias
- 3) Dr. Daniel Chaves Brito
- 4) Dr. Luis Fernando Cardoso
- 5) Dr. Jean-François Y. Deluchey

**1) Dr. CELSO ANTÔNIO COELHO VAZ** – Possui Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1985). Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRJ (1992). Mestrado em Études Politiques. École des Hautes Études en Sciences Sociales. EHESS/Paris/França (1999). Doutorado em Études Politiques. École des Hautes Études en Sciences Sociales. EHESS/Paris/França (2004). Pós-doutorado em Ciência Política. Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, (2014). Atuando nas seguintes áreas: **Teoria Política. 2) Democracia e Judiciário na Amazônia. 3) Judiciário, Direitos Humanos e Constitucionais. 4) Pensamento Político Brasileiro**

O professor Celso Vaz esta atualmente está desenvolvendo dois programas de pesquisas: **1) TEORIA POLÍTICA: PRINCÍPIOS NORMATIVOS, DESENHOS INSTITUCIONAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA; 2) ACESSO À JUSTIÇA: SOCIEDADE, POLÍTICA E INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA.**

#### **PROGRAMA DE PESQUISA 1 – TEORIA POLÍTICA: PRINCÍPIOS NORMATIVOS, DESENHOS INSTITUCIONAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Este programa apresenta os seguintes **OBJETIVOS**: Estudar as teorias políticas modernas e contemporâneas, em seus princípios normativos, seus desenhos institucionais e participativos. Da perspectiva normativa busca-se a reflexão sobre a realidade e a sua projeção em um dever ser em torno de valores de liberdade, igualdade e de justiça. Da perspectiva descritiva busca-se a concretização destes valores pela sua institucionalização na esfera pública do estado e da sociedade civil. Os princípios normativos, e desenhos institucionais e participativos serão compreendidos de maneira indissociada, bem como por meio de identidades e rivalidades entre teorias políticas.

O programa de pesquisa apresenta a seguinte **EMENTA**: Estudo de teorias políticas modernas e contemporâneas e suas contribuições para a construção de paradigmas do contrato social, nos seus aspectos normativos, institucionais e participativos, tanto no âmbito da esfera da sociedade civil quanto na do Estado.

#### **OS TEMAS ABORDADOS POR ESTE PROGRAMA DE PESQUISA SÃO OS SEGUINTE:**

- a) Teoria Política normativa moderna e liberalismo político;
- b) Teoria Política normativa e socialismo;
- c) Teoria Política normativa contemporânea e neoliberalismo político,
- d) neosocialismo, comunitarismo, multiculturalismo e teoria do reconhecimento.



## **PROGRAMA DE PESQUISA 2 – ACESSO À JUSTIÇA: SOCIEDADE, POLÍTICA E INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA.**

**OBJETIVO:** O objetivo deste programa de pesquisa é realizar pesquisas sobre o acesso à justiça numa perspectiva teórica e dos modelos de análise empírica da Ciência Política. Busca-se compreender sobre o acesso à justiça por meio das relações entre a sociedade civil, o poder executivo, o legislativo e as instituições do sistema de justiça, públicas e da sociedade civil. Em sentido lato estas relações serão abordadas da perspectiva da gestão pública da justiça, nos seus aspectos, normativos, organizacionais, administrativos, orçamentários, fiscais, tributários e comportamentais. Na esfera das instituições de justiça governamentais estes aspectos serão abordados com ênfase nas relações intra governamentais, ou seja, no âmbito do sistema das instituições de justiça estatais e no âmbito intergovernamental da perspectiva das relações entre estas instituições e o poder executivo, legislativo. No enfoque das instituições de justiça da sociedade civil busca-se a compreensão da suas relações com as instituições de justiça governamentais e com os poderes executivo e legislativo, em torno da justiça, da igualdade e da liberdade.

**EMENTA:** Instituições de justiça públicas governamentais e da sociedade civil e acesso à justiça. Gestão pública da justiça na dimensão normativa, organizacional, administrativa, orçamentária, tributária, fiscal e comportamental. Governança judicial e relações e controles intragovernamentais. Governança judicial e relações intergovernamentais com o executivo e o legislativo. Organizações de justiça da sociedade civil e o sistema de justiça governamental. Organizações de justiça da sociedade civil e os poderes executivo e legislativo. Tribunais e governança da justiça do trabalho, eleitoral e fiscal. Padrões de decisão de tribunais. Judicialização da política. Politização do judiciário. Protagonismo judicial.

### **OS TEMAS DE INTERESSE DESTE PROGRAMA SÃO:**

- a) Instituições de justiça públicas governamentais e da sociedade civil e acesso à justiça;
- b) Gestão pública da justiça na dimensão normativa, organizacional, administrativa, orçamentária, tributária, fiscal e comportamental;
- c) Governança judicial e relações e controles intra governamentais;
- d) Governança judicial e relações intergovernamentais com o executivo e o legislativo;
- e) Organizações de justiça da sociedade civil e o sistema de justiça governamental;
- f) Organizações de justiça da sociedade civil e os poderes executivo e legislativo;
- g) Tribunais e governança da justiça do trabalho, eleitoral e fiscal;
- h) Padrões de decisão de tribunais;
- i) Judicialização da política; -Politização do judiciário;
- j) Protagonismo judicial.

**2) BÁRBARA LOU DA COSTA VELOSO DIAS** – possui Graduação em Direito pela Universidade Federal do Pará – UFPA (1997). Mestrado em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ (1999). Doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ (2008). Atua nas seguintes áreas: 1. Filosofia Política; 2. Teorias normativas e teoria crítica; 3. Sociologia política e teorias disposicionais (Bourdieu e Bernard Lahire), 4. Pensamento político brasileiro e 5. Estudos sobre o poder judiciário e o fenômeno da judicialização.

A professora Bárbara Lou esta trabalhando com dois programas de pesquisa: **1) FILOSOFIA POLÍTICA, DIAGNÓSTICOS E PROGNÓSTICOS DE NORMATIZAÇÃO SOCIAL;** **2) INSTITUIÇÕES JUDICIAIS E ACESSO À JUSTIÇA E CIDADANIA**

### **PROGRAMA DE PESQUISA 1: FILOSOFIA POLÍTICA, DIAGNÓSTICOS E PROGNÓSTICOS DE NORMATIZAÇÃO SOCIAL**

**OBJETIVOS:** Este programa apresenta os seguintes objetivos: a) Estudar e desenvolver projetos sobre filosofia política (Antiga, Moderna e Contemporânea) – autores e escolas de pensamento. b) Estudar e desenvolver projetos sobre os diagnósticos apresentados pelos teóricos críticos, por exemplo Habermas e a tese de instrumentalidade da razão comunicativa ou Honneth e o diagnóstico do sofrimento por indeterminação e seus prognósticos refletidos em modelos institucionais. c) Desenvolver uma reflexão filosófico política e projetos sobre as possibilidades de reinvenção normativa das teorias sobre a representação da soberania, da vontade popular e do poder constituinte. d) Analisar e desenvolver projetos de modelos que buscam repensar novas formas de representação política e de exercício de normatização social (Butler e Žizek).

**EMENTA:** Teoria política da antiguidade clássica. Teoria política moderna. Teoria política contemporânea. Teoria crítica. Emancipação social. Racionalidade. Modernidade. Deliberação. Facticidade. Validade. Teoria do reconhecimento. Sofrimento por indeterminação. Soberania como vontade e representação. Democracia. Representação. Liberalismo. Normatividade social.

#### **OS TEMAS DE INTERESSE DESTE PROGRAMA SÃO:**

- a) Teorias político normativas da antiguidade clássica, modernidade e contemporaneidade e seus diagnósticos sociais e prognósticos institucionais.
- b) Teoria crítica, suas aporias e possibilidades de reinvenção político normativas da modernidade.
- c) Novas formas de produção de uma política republicana sobre o bem comum em detrimento da noção de políticas públicas.
- d) O neoliberalismo como processo de radicalização da matriz de modernização e do excesso de determinação social

### **PROGRAMA DE PESQUISA 2: INSTITUIÇÕES JUDICIAIS E ACESSO À JUSTIÇA E CIDADANIA**

**OBJETIVOS:** Este programa apresenta os seguintes objetivos: Estudar e desenvolver projetos sobre o poder judiciário e sua relação com os outros dois poderes (executivo e legislativo) com a finalidade de realizar uma análise mais abrangente sobre a política da administração judicial local e nacional. Estudar e desenvolver projetos sobre a contribuição do STF e do controle de constitucionalidade para a estabilidade do presidencialismo de coalizão. Estudar e desenvolver projetos sobre a formação disposicional (Bourdieu e Lahire) social dos juízes e das elites Judiciais no sentido da formação de um corpo profissional específico. Analisar e desenvolver projetos sobre a relação e a função do poder judiciário com o Estado Brasileiro. Analisar e

desenvolver projetos sobre o fenômeno da judicialização como consequência do processo de moralização da política e do neoliberalismo.

**EMENTA:** Administração política judicial. Controle de Constitucionalidade. STF. Relação executivo-legislativo e judiciário. Presidencialismo de coalizão. Sociologia disposicional e a formação profissional dos atores judiciais. A função do poder judiciário na formação do Estado Brasileiro. Judicialização. Moralização da política. Neoliberalismo.

**OS TEMAS DE INTERESSE DESTE PROGRAMA SÃO:**

- a) A administração política das instituições judiciais.
- b) A formação e as disposições do corpo profissional que atua nas instituições judiciais.
- c) As elites judiciais e sua relação com a administração política judicial.
- d) A relação do poder judiciário com a formação estrutural e funcional do Estado Brasileiro.
- e) Judicialização da política como expressão do excesso de determinação da normatividade social e resultado do processo de moralização política.
- f) Neoliberalismo e o novo tipo de jurisdição.

**3) Dr. DANIEL CHAVES DE BRITO** - Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1991), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (1994) e doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (1999). Tem experiência na área de Teoria Social, com ênfase em Teorias Sociais Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: **Teorias sociais da violência, teorias sociais do direito e da cidadania, Estado e políticas de segurança pública.**

O professor Daniel Brito está atualmente desenvolvendo o programa de pesquisa intitulado: **TEORIA POLÍTICA, QUESTÕES DE CONSTRUÇÃO TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS DO PENSAMENTO POLÍTICO NA MODERNIDADE**

**OS OBJETIVOS DESTES PROGRAMAS SÃO OS SEGUINTE:** O programa visa avançar na tentativa de construir um estudo da teoria política na contemporaneidade, buscando compreender como, concepções da antiguidade clássica, reaparecem no âmbito do pensamento social e político contemporâneo, tais como, ceticismo e cinismo. Nesse contexto o estudo tem o objetivo de decantar as categorias do pensamento filosófico político que atravessam a construção de análises e arcabouços teóricos, que tentam renovar a explicação da crise do Estado moderno, dos conflitos, que envolvem a sociedade global, e de modo geral seu impacto em formações nacionais específicas (Estado Nação). O enfoque, que integra o esforço analítico de compreensão dos desdobramentos dos fenômenos políticos atuais, visa problematizar o papel da violência e da segurança como parâmetros de práticas civilizatórias na modernidade. Ementa: O estudo da noção de biopolítica desenvolvida por M. Foucault e os estudos de Giorgio Agamben sobre o Poder Soberano e o Homo Sacer. Na sequência apresenta-se a teoria das imunizações de R. Esposito e suas políticas de proteção (segurança) e negação da vida. Conclui-se com a apresentação da teoria da antropolítica e a crise do humanismo de P. Sloterdijk.

**OS TEMAS ABORDADOS POR ESTES PROGRAMAS SÃO OS SEGUINTE:**

- a) A biopolítica como tecnologia de governamentalidade;
- b) O Biopoder e o soberano como elementos da violência política e do estado de exceção;
- c) A segurança e a imunização como parâmetros de práticas civilizatórias;
- d) Violência e segurança no âmbito da negação da vida, da Antropolítica como crise do humanismo;
- e) A crise do estado nação, os conflitos e a segurança global e a violência como prática civilizatória.

**4) Dr. LUÍS FERNANDO CARDOSO E CARDOSO** - Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade da Amazônia (1999), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (2002) e doutorado Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008) e Pós- doutorado pela University of St. Andrews, Scotland-UK (2014). Tem experiência na área de Pensamento Social Latino Americano, com ênfase na perspectiva decolonial, atuando principalmente nos seguintes temas: **Antropologia Política, Pensamento Decolonial, Estado e políticas públicas para população tradicional, assim como temas relacionados à raça e etnicidade.**

O professor Luis Cardoso está atualmente desenvolvendo o programa de pesquisa intitulado: Terra, Saúde e Educação. Políticas públicas para populações quilombolas na Amazônia.

**OS OBJETIVOS DESTES PROGRAMAS SÃO OS SEGUINTE:**

As populações tradicionais, por meio dos movimentos sociais, possuem agenda de luta por direitos sociais definidas segundo suas avaliações com relação às possibilidades políticas de

conquistá-los. Deste modo, elas lutaram por muito tempo, e algumas ainda lutam, para assegurar o direito a terra, com objetivo de garantirem a reprodução da vida material. Os grupos que alcançaram suas demandas, logo formularam outras reivindicações sobre as quais passam se organizar politicamente. Nesse movimento, uma parcela das populações tradicionais hoje tem como bandeira de luta a formulação de políticas públicas ligadas às suas especificidades étnico-raciais e culturais, nas áreas que lhes parecem mais urgentes. Portanto, com este programa de pesquisa, investiga-se como as políticas públicas relacionadas à produção, à saúde e educação chegam às populações tradicionais, e quais seus efeitos reais para efetivação da cidadania da população rural no Brasil.

**Ementa:** Os estudos de políticas públicas às populações tradicionais seguirão a matriz do pensamento decolonial, com autores como Enrique Dussel, Anibal Quijano, Walter Dignolo, Nelson Maldonado-Torres. Com os herdeiros da teórica crítica, Nancy Fraser e Axel Honneth, analisaremos a organização política e social das populações tradicionais e suas lutas por reconhecimento e distribuição. Esses dois eixos serão alimentados por outros autores, os quais comporão o quadro analítico desse programa de investigação.

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS** – Esta área de concentração agrega os seguintes professores:

- 1) Dr. Alberto Luiz Teixeira da Silva
- 2) Dr. Bruno de Castro Rubiatti
- 3) Dr. Carlos Augusto da Silva Souza
- 4) Dr. Edir Veiga Siqueira
- 5) Dr. Edval Bernardino
- 6) Dra. Eugênia Rosa Cabral
- 7) Dra. Maria Dolores Lima da Silva
- 8) Dra. Marise Morbach

**1) Dr. ALBERTO LUIZ TEIXEIRA DA SILVA** - Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1983), mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (1994), doutorado em Ciências Sociais (Sociologia) pela Universidade Estadual de Campinas (2003) e pós-doutorado pela Universidade Carlos III de Madrid (2016). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Relações Internacionais, Bilaterais e Multilaterais, atuando principalmente nos seguintes temas: 1) Governança e Relações Internacionais. 2) Política e gestão ambiental. 3) Cooperação internacional, sustentabilidade conflitos socioambientais

O professor Alberto Teixeira esta atualmente está desenvolvendo o programa de pesquisa intitulado: **RELAÇÕES INTERNACIONAIS E GOVERNANÇA AMBIENTAL GLOBAL**

**OS OBJETIVOS DESTE PROGRAMA SÃO:** estudar e discutir, à luz do suporte teórico das relações internacionais contemporâneas e das mudanças promovidas pela globalização multidimensional, transições para uma economia de baixo carbono, eficiência energética e governança dos bens públicos. Em suma, propomos a reflexão de temas complexos que conformam a agenda da governança ambiental global como mudanças climáticas, energia, água, sociobiodiversidade, dentre outras temáticas voltadas para a promoção de políticas públicas responsáveis e sustentáveis.

**EMENTA:** Relações internacionais contemporâneas. Capitalismo e mudanças globais. Transições paradigmáticas: economia de baixo carbono, fontes renováveis e eficiência energética. Governança pública e desenvolvimento sustentável pluridimensional. Clima, energia, recursos hídricos e florestais. Objetos, temas, de pesquisa

**OS TEMAS DE INTERESSE DESTE PROGRAMA SÃO OS SEGUINTE:**

- a) Geopolítica, regimes internacionais e governança das mudanças climáticas;
- b) Governança climática das cidades;
- c) Regulação e governança de recursos hídricos;
- d) Governança energética;
- e) Governança e políticas públicas de resíduos sólidos;
- f) Segurança regional e global;
- g) Desenvolvimento sustentável, ciência, tecnologia e inovação;
- h) Amazônia, mudanças globais e economia de baixo carbono.

**2) Dr. BRUNO DE CASTRO RUBIATTI** - Possui Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005), mestrado (2008) e doutorado (2014) em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI (PNPD/CAPES). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Instituições Governamentais Específicas e Processos Legislativos

O professor Bruno Rubiatti está desenvolvendo o programa de pesquisa intitulado: Instituições Políticas e Estudos legislativos na América Latina

**OBJETIVOS DO PROGRAMA:** Analisar os regimes institucionais dos Países Latino-Americanos e seus impactos sobre o funcionamento dos legislativos do subcontinente, englobando tanto estudos comparados quanto estudos de casos.

**EMENTA:** Regimes institucionais na América Latina, Comportamento Parlamentar, Relação Executivo e Legislativo nos países latino-americanos,

**OBJETOS E TEMAS DE PESQUISA:**

- a) Instituições Políticas na América Latina.
- b) Sistemas Partidários e Eleitorais latino-americanos e seus impactos no comportamento parlamentar.
- c) Organização e Comportamento Parlamentar. Capacidade de Controle dos legislativos latino-americanos.
- d) O Legislativo no processo decisório.
- e) Sistemas bicamerais da América Latina.
- f) Relação entre o Executivo e o Legislativo. Sistemas de Governo na América Latina.
- g) Federalismo e Representação territorial nos países latino-americanos

**3) Dr. CARLOS AUGUSTO DA SILVA SOUZA** – Graduado em Economia pela UFPA (1988) Possui mestrado em Ciência Política (1994) e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2006), atuando principalmente nos seguintes temas: 1) Sistemas Eleitorais e Partidários. 2) Relação Executivo x Legislativo. 3) **Comportamento Eleitoral, 4) Mídia e Opinião Pública, 5) Política Comparada..**

O professor Carlos Augusto Souza está desenvolvendo o programa de pesquisa intitulado: **DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS.**

**OS OBJETIVOS DESTE PROGRAMA SÃO:** desenvolver estudos sobre o funcionamento das instituições democráticas no Brasil, evidenciando a participação e influência dos atores políticos, tanto no âmbito do sistema eleitoral e partidário quanto na relação entre os poderes executivo e legislativo.

**EMENTA:** Geografia do voto; Participação e representação política, comportamento eleitoral; coligações partidárias; grupos de interesses no processo eleitoral, clientelismo político, emendas orçamentárias, recrutamento político, reeleição e renovação parlamentar, financiamento de campanhas, propaganda e campanha eleitoral.

**OS TEMAS DE INTERESSE DESTE PROGRAMA SÃO:**

- a) Avaliar o sistema partidário e a força dos partidos na esfera local, nacional e estadual;
- b) Analisar a Geografia do voto existente nas eleições legislativas e executivas;
- c) Entender o processo de Participação e o comportamento do eleitor nas eleições legislativas e executivas;
- d) Estudar o processo de formação e desempenho das coligações no processo eleitoral;
- e) Identificar a participação de grupos sociais relevantes na formação do poder político como: indígenas, negros, religiosos, etc.;
- f) Verificar os mecanismos de recrutamento e formação de lideranças na esfera eleitoral e partidária;
- g) Avaliar as reeleições e a renovação parlamentar verificados no processo eleitoral;
- h) Analisar a formação da receita e despesas das campanhas eleitorais e o processo de prestação de contas por parte da elite política.



**4) Dr. EDIR VEIGA SIQUEIRA-** Possui Mestrado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (1999) e doutorado em Ciência Política pela Universidade Cândido Mendes (2004). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estudos Eleitorais e Partidos Políticos, atuando principalmente nos seguintes temas: 1) O Estado Federal em perspectiva comparada. 2) Legislativo, Judiciário e demandas das instituições da competição eleitoral. 3) Executivo, legislativo e Processo decisório em Políticas Públicas. 4) Política brasileira e Pensamento político nacional.

O professor Edir Veiga está desenvolvendo o programa de pesquisa intitulado: **O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: SISTEMAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIOS. SISTEMA DE GOVERNO E AS RELAÇÕES EXECUTIVO LEGISLATIVO**

Este programa apresenta os seguintes **OBJETIVOS**: verificar a interface entre o desenho do sistema eleitoral e sua repercussão do desenho institucional do sistema partidário. Em que medida os sistemas eleitorais impulsionam per se a fragmentação ou não dos sistemas partidários. A correlação entre sistemas partidários eleitorais e sistemas partidários parlamentares. Sistemas eleitorais, voto personalizado e listas abertas e fechadas. Voto obrigatório e sua interface com abstenções eleitorais, votos em brancos e nulos. Resultados eleitorais e justiça. Poder Executivo, Poder Legislativo e processo decisório políticas públicas. Política brasileira, paraense e pensamento político nacional e estadual.

**EMENTA:** O desenho das instituições políticas do Estado Democrático de Direito. Eleições e sistemas eleitorais. Partidos e sistemas partidários. Voto e teorias do voto. Sistemas de governos. Formas de Estado. Formas de governo. Teorias de políticas públicas e processo decisório. Judiciário e o sistema político. Interface entre pensamento político estadual, nacional e internacional.

**TEMAS DE INTERESSE DO PROGRAMA:**

- a) Desenhos e formatos de sistemas partidários eleitorais e parlamentares;
- b) Desenho e formato dos poderes legislativos municipais, estaduais e federal;
- c) Desenho das relações entre os poderes executivos e legislativos em nível nacional e subnacional;
- d) Judiciário e competição eleitoral em perspectiva comparada a nível subnacional e interestatal;
- e) Executivo, legislativo e processo decisório em políticas públicas;
- f) Competição eleitoral e teorias do voto;
- g) Competição eleitoral, partidária e história política;
- h) Confrontos de projetos políticos e pensamento político;
- i) Avaliação de governos e debates políticos à luz das teorias que explicam a fundação do Estado Brasileiro.

**5) Dr. EDVAL BERNARDINO** – Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (UFPA) e Doutorado em Ciência Política (IUPERJ/UFPA), em estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (PPGEO/UFF), atuando principalmente nos seguintes temas: 1) Políticas Públicas; 2) Gestão Participativa; 3) Governança Territorial; 4) Controle Social; 5) Participação e Representatividade; 6) Descentralização; 6) Poder Local.

O professor Edval Bernardino Campos está desenvolvendo o programa de pesquisa intitulado: Grupo de Análise de Políticas Públicas e Políticas Sociais na Amazônia (GAPSA).

**OS OBJETIVOS DESTE PROGRAMA SÃO:**

**EMENTA:** investigar a área das Políticas Públicas e Sociais desenvolvidas na Região Amazônica, em particular no Estado do Pará. Um dos principais focos de trabalho deste grupo é investigar a relação entre o Estado e a Sociedade Civil, por meio da análise do planejamento e execução das políticas públicas destinadas à população amazônica. Desta forma, pretende-se também elaborar conhecimentos que poderão colaborar no diagnóstico, avaliação e proposição de políticas públicas e sociais para a Região.

**OS TEMAS DE INTERESSE DESTE PROGRAMA SÃO:**

- a) Análise de Políticas Públicas e Políticas Sociais em particular;
- b) Gestão Participativa de Políticas Públicas;
- c) Governança Territorial na perspectiva das ações do Governo;
- d) Controle Social sobre o âmbito da Sociedade Civil;
- e) Participação e Representatividade na perspectiva da Democracia Participativa;
- f) Descentralização como processo político;
- g) Poder Local como instância da ação governamental.

**6) Dra. EUGÊNIA ROSA CABRAL** - Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1989), mestrado (1998) pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA / UFPA) e doutorado (2007) em Ciências Humanas: Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua principalmente nos seguintes temas: 1) Comportamento Legislativo. 2) Relação Executivo x Legislativo. 3) Representação Política. 4) Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável. 5) Processo Decisório e Cultura Política; 5) Políticas de Meio ambiente

A professora Dra. Eugênia Rosa Cabral desenvolve um programa de pesquisa intitulado: **PADRÕES DE INTERAÇÃO EXECUTIVO-LEGISLATIVO-GRUPOS DE INTERESSE, EM CONTEXTOS INSTITUCIONAIS ESPECÍFICOS: PERSPECTIVA COMPARADA, NACIONAL E INTERNACIONAL.**

Os **OBJETIVOS** deste programa são: analisar o papel das instituições como fator determinante na configuração dos padrões de relação entre o executivo, o legislativo e os grupos de interesse, mais especificamente grupos empresariais, com ênfase nas implicações desses padrões de interação na produção legislativa e nos processos decisórios concernentes a políticas de desenvolvimento. A partir do arcabouço teórico denominado de Variedade de Capitalismo, procurar-se analisar o Estado e sua relação com grupos de interesse como parte integrante de um dado regime produtivo, inseridos num marco institucional mais amplo, que define regras, valores, incentivos e restrições que condicionam o desempenho dos diferentes atores. As pesquisas devem, preferencialmente, ter escopo comparativo, no âmbito nacional e internacional.

**EMENTA:** Padrão de Interação entre executivo, legislativo e grupos de interesse; Processos decisórios de políticas públicas; Produção legislativa; Lobby como forma de representação política; Regras institucionais como fator determinante de padrões de interação; Papel do Estado na coordenação e regulação do mercado.

**TEMAS DE INTERESSE DO PROGRAMA:**

- a) Produção legislativa e processos decisórios sobre projetos de infraestrutura de transporte, portos, energia elétrica e telecomunicações com significativo impacto ambiental;
- b) Produção legislativa e processos decisórios sobre normas ambientais, biossegurança e aquecimento global;
- c) Lobby como representação de interesses, no âmbito do Congresso Nacional, no contexto democrático atual.
- d) Padrões de Interação entre Executivo, Legislativo e Grupos de Interesse em processos de produção de regras.

**7) Dra. MARIA DOLORES LIMA DA SILVA** - Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1991), mestrado (1999) e doutorado (2007) em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ. Atua principalmente nos seguintes temas: 1) Comportamento Legislativo. 2) Relação Executivo x Legislativo. 3) Representação Política. 4) Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável. 5) Processo Decisório e Cultura Política; 5) Políticas de Meio ambiente

A professora Dra. Maria Dolores Silva desenvolve um programa de pesquisa intitulado: **REPRESENTAÇÃO, INSTITUIÇÕES E COMPORTAMENTO POLÍTICO.**

Os **OBJETIVOS** deste programa são: analisar comportamentos políticos no âmbito de instituições do sistema político brasileiro, especialmente do Poder Legislativo nacional, estadual e municipal. O intuito é produzir reflexões a respeito do exercício da representação política dentro dos limites das regras institucionais, assim como também identificar demandas sociais, traduzidas pelos atores políticos no exercício das atividades que lhes são delegadas pelos cidadãos.

**EMENTA:** Estudo de demandas por políticas públicas nos Legislativos; Identificação e comparação de regras institucionais; estudo do papel dos poderes Executivo e Legislativo na elaboração de políticas públicas.

**TEMAS DE INTERESSE DO PROGRAMA:**

- a) Desenhos institucionais dos Legislativos locais;
- b) Produção legislativa sobre meio ambiente;
- c) Produção legislativa sobre saúde, educação e cultura;
- d) Políticas industriais e comerciais de impacto ambiental;
- e) *Accountability* de mandatos representativos.

**8) Dra. MARISE MORBACH** - Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1994); Mestrado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996); Doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2006), atuando principalmente nos seguintes temas: comportamento político nos mídias e sociabilidades em redes online.

A professora Dra. Marise Morbach está desenvolvendo um Programa de Pesquisa intitulado: **MÍDIA E SOCIABILIDADE POLÍTICA**

Este programa de pesquisa apresenta os seguintes **OBJETIVOS**: Analisar os problemas teóricos e empíricos trazidos ao campo da política com o advento da mídia. Conhecer os contextos históricos nos quais as relações entre a mídia e a política são determinantes à estabilidade das democracias representativas. Analisar as categorias sociais que estruturam os estudos sobre a Opinião Pública: motivações e percepções em relação aos meios de comunicação. Estudar as transformações da representação e o alcance da mídia sobre os processos de "escolha pública". Mapear a cultura política no meio midiático buscando descrever tipologias. Estudar as interfaces da ética, da comunicação e da política no meio midiático na produção de "laços sociais" e de "rupturas de sociabilidade". Descrever as formas da sociabilidade de instituições políticas e agentes políticos no meio midiático em ambientes virtuais.

**EMENTA**: Estudo das teorias políticas contemporâneas nas quais a sociabilidade política é permeada pelas tecnologias da informação e pelos meios de comunicação e cujo campo de abrangência analisa as informações do espaço particular e interno da política (partidos, candidaturas, regras eleitorais, representantes, representados, etc.) sobre o comportamento político e na institucionalização de práticas e valores políticos. Estudo sobre as mudanças na sociabilidade política trazidas pelo meio virtual na deliberação pública e na formação das "vontades": senso comum; institucionalização de práticas, etc. Análise das práticas sociais em suas relações com os meios de comunicação sobre a elaboração e difusão de repertórios políticos: seus efeitos e condicionantes.

**TEMAS DE INTERESSE DO PROGRAMA:**

- a) Formas de representação política: como o poder se distribui no ambiente midiático e no virtual entre representantes e representados; entre instituições e agentes; etc;
- b) Estruturas de comunicação e repertórios políticos na Amazônia contemporânea: socialidades midiáticas e sociabilidades virtuais;
- c) As formas de manifestação e associação de interesses no comportamento político da mídia e suas interfaces com a ética e a cultura;
- d) Personificação política e mudança institucional no ambiente midiático;
- e) A sociabilidade política em redes sociais online: cultura política e senso comum;
- f) Mudança e padrão de representação dos interesses na sociabilidade online.